

A IMPLICAÇÃO DA CULTURA NA POLÍTICA EDUCACIONAL

Naiara Ramos Souza ¹

RESUMO

O presente trabalho procurou discutir a importância de conhecer a realidade dos estudantes de uma instituição de ensino, considerando que cada um tem sua própria identidade construída em um território. Primeiramente, busca-se apresentar a discussão sobre a centralidade da cultura sob o ponto de vista de Stuart Hall, mostrando como a identidade do sujeito é constituída. Em seguida, a identidade territorial é discutida partindo do pressuposto de que a sociedade está em constante transformação através das relações sociais do cotidiano, que pode resultar em diversas culturas. Por fim, a política educacional brasileira é contextualizada para demonstrar a maneira como a escola precisa adotar mecanismos a fim de conhecer as diferenças culturais para a formulação de políticas de atendimento às demandas estudantis. A pesquisa foi realizada através de revisão bibliográfica e documental, em função da necessidade de atualização do referencial teórico para os estudos de mestrado profissional na área de gestão da educação. Os resultados demonstraram que a escola é um espaço constituído de diversas culturas, estando propício ao desenvolvimento de relações sociais que transformam o seu humano, devendo então a gestão possibilitar o conhecimento sobre o seu público para a promoção de políticas que auxiliem na efetivação do direito à educação.

Palavras-chave: cultura, identidade territorial, política educacional, escola.

INTRODUÇÃO

A cultura vem assumindo um destaque na discussão quando se pretende falar sobre a identidade de um grupo social, considerando os sentidos apreendidos pelo ser humano ao se relacionar em sociedade. Nesse sentido, ao buscar estudar sobre a política educacional, mostra-se importante entender o processo de desenvolvimento que aponta a centralidade da cultura na constituição do território em que a educação está inserida.

A partir disso, procura-se apresentar a importância de conhecer a realidade dos estudantes de uma instituição de ensino, considerando que cada um tem sua própria identidade construída em um território. Posto isso, o artigo parte do debate acerca da cultura e da identidade territorial para seguir na abordagem sobre a política educacional brasileira e a relação entre a cultura e a escola, trazendo elementos que fundamentam a necessidade de conhecer o perfil discente para a promoção de políticas de educação.

METODOLOGIA

¹ Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). Mestranda em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - UNEB. E-mail: nai_ramos@hotmail.com

A pesquisa desenvolvida foi de caráter exploratório, com análise qualitativa, através de estudo bibliográfico, trabalhando a partir das categorias cultura, identidade territorial, política educacional e escola, e estudo documental, utilizando-se a legislação vigente no que concerne a política de educação, em função da necessidade de revisar a literatura e atualizar o referencial teórico para a investigação na área de gestão educacional.

A CENTRALIDADE DA CULTURA

Stuart Hall (1997) afirma que toda ação social é “cultural”, considerando que todas as práticas sociais são dotadas de significação, tanto para aqueles que praticam quanto para os que observam. Ele explica que os seres humanos utilizam variados sistemas de significado para definir o que as coisas significam e organizar a sua conduta em relação aos outros, fazendo também com que as próprias ações tenham um sentido e que as ações alheias sejam interpretadas significativamente, constituindo-se assim nossas “culturas”.

A partir do século XX, a cultura tem assumido uma importante função na organização da sociedade e seus processos de desenvolvimento, tendo os meios de produção, a circulação e troca cultural se expandido através das tecnologias e da revolução da informação. Enquanto isso, as indústrias culturais aparecem como elementos mediadores em muitos processos, estando a mídia, um dos principais meios de circulação de ideias na sociedade, como mecanismo de sustentação dos circuitos globais das trocas econômicas.

A mídia encurta a velocidade e diminui a distância, trazendo o que Hall apresenta como o que Harvey (1989) chamou de “compressão tempo-espço”. As mudanças culturais globais ocasionam impactos nos modos de viver e nos sentidos que as pessoas dão à vida, tendo como consequência uma rápida mudança social que pode levar a uma tendência à homogeneização cultural, com o risco das particularidades e diferenças culturais serem “esquecidas” e deslocadas para a construção de uma “cultura mundial” que se utiliza de tecnologias padronizadas.

Hall (1997) defende que a padronização da cultura enfraquece as capacidades de sociedades emergentes na direção de seu desenvolvimento e que a cultura global necessita da diferença para prosperar, mesmo que seja apenas para usá-la em prol da constituição de outro produto cultural para o mercado mundial. Portanto, a produção de novas identificações torna-se mais interessante do que a instituição de uma cultura global uniforme e homogênea.

A cultura vem se apresentando como um dos elementos mais dinâmicos e mais imprevisíveis da mudança histórica, de acordo com Stuart Hall. As mudanças são relacionadas a situações sociais, de classe e geográficas, ficando claro assim como a cultura assume uma centralidade na vida social contemporânea, que guia a construção da subjetividade e identidade e do próprio homem como ator social.

Segundo Hall, as nossas identidades são formadas culturalmente. Ele explica que:

[...] devemos pensar as identidades sociais como construídas no interior da representação, através da cultura, não fora delas. Elas são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores) fornecem ou que nos subjetivemos (dentro deles). Nossas chamadas subjetividades são, então, produzidas parcialmente de modo discursivo e dialógico. [...] (1997, p. 8)

É evidente a indissociabilidade entre o “interior” e o “exterior” no processo de construção de identidade, a qual é formada a partir de representações dotadas de significados em um conjunto de experiências que tornam as pessoas como sujeitos individuais. A identidade surge ainda através do desejo (consciente e inconsciente) de respondermos, investindo as nossas emoções, àquilo que serve para nos identificarmos.

O processo de globalização impulsiona a internacionalização do mercado, enfraquecendo a relativa autonomia dos países emergentes na determinação das políticas culturais em seus próprios territórios. O Estado vem sendo retirado cada vez mais da regulamentação de assuntos culturais, sendo esta a principal investida do monopólio global, e as questões relacionadas à cultura são colocadas ao mercado, que se autorregula com base nos interesses econômicos, a fim de regular as práticas sociais.

DIVERSIDADE CULTURAL E A CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO

A identidade territorial está sempre em um processo de mudança devido à transformação das relações, as quais possuem conteúdo simbólico e vivem às margens do sistema dominante. Os símbolos são construídos historicamente a partir dos vínculos que vão se estabelecendo na sociedade, podendo fortalecer a identidade, ou não, com o passar do tempo.

“Os territórios e as fronteiras são fundamentais para a construção das identidades, onde a alteridade fica muitas vezes condicionada a um determinado limite físico de reprodução dos grupos sociais” (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009, p. 6). É desta forma que se

limita o espaço, onde as pessoas se relacionam, interagindo e constituindo uma identidade territorial.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. [...] O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 2).

Claude Raffestin afirma ainda que o território se forma através da produção no espaço, não sendo apenas o espaço em si. Neste espaço, são formados grupos sociais que se manifestam política e culturalmente, reproduzindo suas ideias e construindo sua identidade, compreendendo-se assim, o homem como um ator social a partir da interação na comunidade.

Os grupos sociais se constituem ao representar os seus valores em suas manifestações, nas quais são estabelecidas as identidades próprias de cada conjunto de indivíduos que são influenciados por valores adquiridos coercitivamente em sociedade. Os indivíduos se associam a partir de ideias e costumes apresentados como iguais e/ou semelhantes, o que permite a integração de pessoas que se unem para fortalecer a sua ideologia.

Há ainda os valores que algumas instituições, como a Igreja, que transmitem suas ideias e influenciam a conduta dos cidadãos através do seu poder com caráter ideológico perante o ser humano. Porém, o poder econômico ainda é o que mais impulsiona as ações do homem, pois este precisa trabalhar para sobreviver e é submetido a seguir a lógica de produção capitalista.

Os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de suas atividades diárias. Quer se trate de um sistema de relações de existência e/ou produtivas, todas são relações de poder, pois instauram atos de dominação e subordinação, seja de forma tácita ou explícita, visto que há interações entre os atores em suas relações cotidianas (EDUARDO, 2006, p. 183).

A existência de múltiplas culturas se dá a partir do desenvolvimento de atividades produtivas que impulsionam a constituição de novas relações sociais necessárias para o aprimoramento das relações econômicas. Dessa forma, o cotidiano do homem é modificado constantemente ao mesmo tempo em que a sociedade se modifica, construindo assim novos significados no território em que se vive.

Márcio Freitas Eduardo (2006) afirma que analisar o conceito de território a partir de algumas de suas características seria simplificar demais a sua definição. O autor defende que o território é relação social, pois, conforme Heidrich (2005), é "por meio de vínculos, por

criações ou invenções humanas, através de práticas sociais é que se produz território” (EDUARDO, 2006, p. 179).

A POLÍTICA EDUCACIONAL E A RELAÇÃO CULTURA-ESCOLA

A Constituição Federal de 1988 institui, em seu Art. 205, a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, a ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, estabelecendo ainda como um dos princípios para o ensino a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, é responsável pela estruturação da política de educação nacional, organizando-a em dois níveis: Educação Básica, compreendendo pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e Ensino Superior. Em relação às modalidades de ensino, tem-se: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Especial, Educação a Distância, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola.

Segundo Araújo (2011, p. 287), “o direito à educação pressupõe o papel ativo e responsável do Estado tanto na formulação de políticas públicas para a sua efetivação, quanto na obrigatoriedade de oferecer ensino com iguais possibilidades para todos”. Devido a isso, é preciso conhecer a realidade do público atendido como ferramenta de gestão educacional para que as políticas institucionais não acabem reforçando as desigualdades sociais.

A autonomia conferida às escolas pela LDB apresenta uma maior responsabilidade da gestão escolar para a organização de atividades da sua dinâmica interna, como a formulação de projetos pedagógicos e o desenvolvimento de ações que refletem no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, sendo necessário considerar o perfil discente para atender às especificidades que contribuem na permanência estudantil.

Através do Decreto nº 7.234/2010, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

O PNAES foi estendido aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e as necessidades identificadas pelo corpo discente, para promover ações de assistência estudantil nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, esporte, apoio pedagógico, entre outras, devendo considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, a melhoria do desempenho acadêmico e a prevenção de situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

A gestão educacional de uma instituição de ensino deve ser realizada da forma mais condizente possível com a realidade em que está inserida, devendo buscar mecanismos que possam assegurar a realização de uma pesquisa que obtenha resultados de maneira que melhor se aproxime de sua realidade. Somente dessa forma é que será possível propor políticas que atendam às necessidades dos estudantes.

A escola e a cultura devem ser vistos como universos entrelaçados, pois são concebidos como categorias articuladas no cotidiano. A escola é uma instituição cultural, tendo em vista que propicia a constituição de relações sociais em seus contextos e ela mesma é construída historicamente para ser considerada como o espaço privilegiado que possui a função social de transmitir cultura.

Moreira e Candau (2003) afirmam que o que caracteriza o universo escolar é a relação entre as culturas, atravessada por tensões e conflitos, que é acentuado quando as culturas crítica, acadêmica, social e institucional estão articuladas e se tornam hegemônicas, em detrimento da cultural experiencial que possui raízes socioculturais. Diante disso, a escola vem assumindo a responsabilidade de lidar com a pluralidade de culturas ao reconhecer os diferentes sujeitos sociais e valorizar as diferenças culturais existentes em seu contexto.

Segundo Jannuzzi (2001):

[...] os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (p. 15).

Dessa forma, entende-se que os indicadores sociais são utilizados como instrumentos de gestão para avaliação da realidade social, sendo importante para o planejamento e elaboração de políticas e projetos educacionais em uma instituição pública de educação.

Assim, é imprescindível buscar conhecer o perfil dos alunos com o intuito de contribuir tanto para o fortalecimento da política pública de educação visando o acesso e permanência quanto para a instituição poder avaliar o atendimento a objetivos estabelecidos em seu planejamento, podendo aprimorá-los e propor políticas educacionais que considerem o perfil mais verdadeiro possível dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura é dinâmica, uma vez que ela é constituída a partir das relações sociais que se formam no cotidiano do ser humano. As relações sociais, por sua vez, são influenciadas pela necessidade do homem de se relacionar para garantir a sua sobrevivência, estando submetido a um sistema econômico que utiliza a cultura para conquista a sua hegemonia ideológica.

Esse processo reflete na identidade territorial, considerando que novos significados são dados pelas pessoas às diferentes experiências e que as novas relações propiciam o reconhecimento da existência de múltiplas culturas. Assim, entende-se que o território é relação social e que através de práticas sociais é que se produz território.

É possível compreender que a escola é um espaço constituído de diversas culturas e que está propício ao desenvolvimento de relações sociais que interferem no processo de transformação do ser humano, devendo então a gestão trabalhar de forma que possa conhecer o seu público-alvo para a promoção de políticas que auxiliem na efetivação do direito à educação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. C. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: “O problema maior é o de estudar”. **Educar em Revista**, n. 39. Curitiba: Editora UFPR, 2011, p. 279-292.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 nov. 2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.** Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Programa Nacional de Assistência Estudantil – Decreto n.º 7.234,** de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Território, trabalho e poder:** por uma geografia relacional. Disponível em: <www.seer.ufu.br>. Acesso em 02 abr. 2019.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura:** notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.22, n.2, p.15-46, jul./dez. 1997.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil.** Campinas: Editora Alínea, 2001.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Educação escolar e cultura(s):** construindo caminhos. Rev. Bras. Educ., Ago 2003, n. 23, p.156-168.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Disponível em: <www.univale.br>. Acesso em: 02 abr. 2019.

SAQUET, Marcos A.; BRISKIEVICZ, M. **Territorialidade e identidade:** um patrimônio no desenvolvimento territorial. Disponível em: <agbpp.dominiotemporario.com>. Acesso em: 02 abr. 2019.